

economia



Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

Biometria facial no Banrisul

O Banrisul disponibilizou a ativação de acesso por meio da biometria facial no aplicativo Banrisul. Todos os clientes com conta corrente pessoa física poderão realizar a ativação diretamente pelo app, de forma prática, segura e totalmente digital. A biometria facial permite que o próprio cliente ative seu acesso ao app utilizando o reconhecimento do rosto, garantindo mais segurança no processo e dispensando etapas adicionais de ativação.

Agilidade para acessar o app

É só abrir o app Banrisul, entrar no menu Adicionar Acesso > Conta Corrente, incluir seus dados e escolher a opção Ativação por Biometria, e, por fim, efetuar o reconhecimento facial. Com isso, o acesso para movimentações financeiras pode ser utilizado sem a necessidade imediata do cartão físico, alinhando a experiência do Banrisul às melhores práticas do mercado financeiro.

GovTech Summit 2026 em junho

GovTech Summit 2026, maior encontro voltado a iniciativas GovTech e de transformação de governos do País, reunirá lideranças nacionais e internacionais para debater a construção de governos mais inteligentes, nos dias 2 e 3 de junho de 2026, no Centro de Eventos da Pucrs, em Porto Alegre. O evento se destaca por promover diálogos estratégicos sobre o futuro da gestão pública. A programação contará com representantes da iniciativa pública e privada de mais de 10 estados brasileiros.

Minha Casa Minha Vida ampliado

As novas regras do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) começaram a valer em 22 de abril, com a ampliação dos limites de renda das famílias e do valor máximo dos imóveis financiados. Com as mudanças, o MCMV passa a atender famílias com renda mensal de até R\$ 13 mil e imóveis de até R\$ 600 mil. A operação com as novas condições já ocorre pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil.

Mudança destrava uma demanda

Com as novas regras do Minha Casa, Minha Vida, que elevam limites de renda e valores dos imóveis, a MRV amplia o público elegível e reconfigura seu estoque no RS. Hoje, são quase 1,5 mil unidades, com 66% nas faixas 1 e 2. A mudança levou cerca de 200 unidades da faixa 2 para a 1, totalizando 900 imóveis, além de mais de 500 unidades nas faixas 3 e 4. As novas regras têm impacto social significativo e fortalecem o mercado habitacional, ao destravar uma demanda que antes estava reprimida. A MRV tem empreendimentos em Porto Alegre, Gravataí, Canoas, Viamão, São Leopoldo, Caxias do Sul e Novo Hamburgo.

As soluções antes da insolvência

A advogada Verônica Althaus, sócia da SCA Scalzilli Althaus, estará no 7º seminário da Turnaround Management Association Brasil, dia 28, na Capital, quando será debatido o avanço de empresas que buscam soluções antes da insolvência, pressionadas por juros altos e crédito restrito. Para ela, o *turnaround* ganha força no Rio Grande do Sul, ainda impactado por prejuízos superiores a R\$ 10 bilhões após enchentes.

Avicultura avançada na Serra Gaúcha

Referência na produção avícola, a Granja Pinheiros completa 45 anos em 2026 e inaugura o incubatório mais tecnológico do Rio Grande do Sul. Localizada em Nova Petrópolis, na Serra Gaúcha, a nova planta, que recebeu investimentos de cerca de R\$ 65 milhões, representa um marco na estratégia de inovação da empresa. Com mais de 11 mil metros quadrados, a unidade tem capacidade para incubar 11,5 milhões de ovos por mês. O novo incubatório integra um amplo plano de expansão da empresa, que também contempla aportes na fábrica de rações e na ampliação de sua estrutura industrial.

Governo propõe R\$ 81,7 bi para renegociação de dívidas rurais

Texto enviado ao Senado prevê juros de 6% a 12% ao ano e não inclui recursos do Fundo Social



Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A equipe econômica do governo federal apresentou ao Senado uma proposta de renegociação de dívidas rurais que soma R\$ 81,7 bilhões, mas a iniciativa já é alvo de críticas de representantes do setor produtivo. A nova versão não prevê o uso de recursos do Fundo Social, principal ponto de divergência em relação ao projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados. O texto foi encaminhado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e relator do Projeto de Lei 5.122/2023. O Jornal do Comércio teve acesso à proposta, que surge como alternativa do governo à iniciativa em discussão no Congresso e já aprovada pela Câmara dos Deputados.

A ausência do Fundo Social - estimado em cerca de R\$ 30 bilhões - marca a principal diferença entre as propostas. Enquanto o governo defende preservar esses recursos para outras políticas públicas, parlamentares ligados ao agronegócio pressionam por sua utilização para ampliar o alcance da renegociação, estimado pelo setor em até R\$ 170 bilhões. A proposta poderá ser implementada por projeto de lei ou medida provisória, com regulamentação posterior pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), e deve alcançar mais de 100 mil operações de crédito rural em todo o País. Do total previsto, cerca de R\$ 44,2 bilhões referem-se a operações em situação de inadimplência, enquanto R\$ 37,4 bi são contratos adimplentes já prorrogados.

O modelo proposto é dividido em duas frentes. A principal, com

recursos controlados, concentra as condições mais detalhadas e prevê taxas de juros de 6% ao ano para o Pronaf, 8% para o Pronamp e 12% para os demais produtores. Nessa linha, será exigida entrada mínima de 10% para operações adimplentes prorrogadas e de 20% para inadimplentes. Poderão aderir produtores com dívidas contratadas até 31 de dezembro de 2025, desde que apresentem inadimplência registrada entre 1º de julho de 2024 e 30 de abril de 2026, além de operações prorrogadas até essa mesma data.

Uma segunda linha, com recursos livres, seria destinada aos produtores que não se enquadram nesses critérios, com condições definidas pelas instituições financeiras.

A iniciativa foi apresentada após pressão de parlamentares e entidades do setor, especialmente diante das dificuldades enfrentadas por produtores, com destaque para o Rio Grande do Sul. O gabinete do relator deve analisar o texto nos próximos dias antes de apresentar parecer na Comissão. Ao JC, Calheiros disse que a abordagem do texto ainda é incipiente. “Estamos apenas conversando e não discutimos ainda a proposta do governo.” Por conta da proposta do governo, a apreciação do PL 5.122, que ocorreria nesta terça-feira, foi adiada na Comissão. Calheiros informou que haverá uma nova reunião com o ministro Durigan. Questionado se o assunto deve prosperar, o senador completou: “Já tenho pronto o relatório do (PL) 5122. Se a conversa não avançar, votaremos na semana seguinte.”

Representantes do setor produtivo avaliam que a proposta não enfrenta o principal foco do endividamento rural. O economista-chefe da Farsul, Antonio da Luz, afirmou que a maior parte das dívidas está concentrada em operações com recursos livres, que permanecem fora de condições mais favoráveis. “Vai continuar a dívida aumentan-

Como funciona a proposta do governo

Volume total
R\$ 81,7 bilhões

Alcance: mais de 100 mil operações

Situação das dívidas
R\$ 44,2 bilhões: inadimplentes
R\$ 37,4 bilhões: adimplentes prorrogadas

Linha principal (recursos controlados)

Juros

- ▶ 6% ao ano (Pronaf)
- ▶ 8% ao ano (Pronamp)
- ▶ 12% ao ano (demais)

Entrada

- ▶ 10% (adimplentes)
- ▶ 20% (inadimplentes)

Linha complementar (recursos livres)

- ▶ Para produtores fora dos critérios
- ▶ Condições de mercado

Enquadramento

- ▶ Dívidas até 31/12/2025
- ▶ Inadimplência entre 01/07/2024 e 30/04/2026
- ▶ Inclui operações prorrogadas até 30/04/2026

Regras adicionais

- ▶ Sem uso do Fundo Social
- ▶ Não cumulativo com outras renegociações

As diferenças entre o governo e a Câmara

Fonte de recursos

Governo: sem Fundo Social

Câmara: uso de cerca de R\$ 30 bilhões do Fundo Social

Taxas de juros

Governo: 6% a 12% ao ano

Câmara: 3,5% a 7,5% ao ano

Prazo de pagamento

Governo: até 6 anos (com até 1 de carência)

Câmara: até 10 anos (com até 3 de carência, podendo chegar a 15)

Condições de acesso

Governo: exige entrada de 10% a 20%

Câmara: condições mais amplas e flexíveis

Alcance estimado

Governo: R\$ 81,7 bilhões

Câmara/setor: até R\$ 170 bilhões

do 18%, 20%, 22% ao ano, formando uma bola de neve”, afirmou. A proposta governista também não agradou a Fetag-RS. A entidade criticou diversos pontos, como a taxa de juros apontada para os contratos do Pronaf, o percentual a ser pago de entrada para a adesão e o prazo de pagamento, condições que geram retrocesso em relação ao projeto que tramita no Senado.